

# **O sultão Erdogan e a nova Turquia**

Com a vitória no último domingo, 16 de abril de 2017, do “Evet” (Sim) com 51,4% dos votos contra o “Hayir” (Não) com os restantes 48,6%, a Turquia de Atatürk chega ao fim e inicia uma nova etapa na história da Turquia. Esta nova história é liderada por Recep Tayyip Erdogan.

## **A ascensão de Erdogan**

Desde que Erdogan fundou o AKP (Partido da Justiça e Desenvolvimento) em 2001 e se estabeleceu como seu presidente, sua carreira política foi simplificada em uma palavra: vitória. Em 2002, apenas um ano após a fundação do AKP, ele obteve sua primeira vitória em uma eleição legislativa com 34,3% dos votos obtidos, alcançando assim a maioria absoluta. Em 2004, desta vez nas eleições autárquicas, obteve 41,8% de apoio. Em 2007, após a impossibilidade de o Parlamento chegar a um acordo para nomear um novo presidente, as eleições legislativas são repetidas e novamente o AKP ganha com 46,5% dos votos. No mesmo ano, também foi realizado um referendo no qual foi proposta uma série de reformas: que o cidadão eleja o presidente (em vez dos deputados) por voto direto, reduza o mandato presidencial para 5 anos e permita a reeleição do presidente. Resultado: vitória com 68,9%. Em 2009, as eleições locais ganharam com 38,9% de apoio. 2010, um referendo constitucional para limitar o poder militar e aumentar o controlo do Parlamento sobre os poderes judiciais; 57,8%. Em 2011, as eleições gerais avançaram e venceram com 49,8% dos votos. Em 2014, o AKP participa nas eleições autárquicas com 42,8% do apoio e, no mesmo ano, pela primeira vez há eleições presidenciais em que os cidadãos votam directamente. Erdogan venceu a primeira fase com 51,8% de apoio. Em 2015, as eleições legislativas são repetidas; a primeira sem Erdogan no AKP. Em junho, com Davutoglu à cabeça, a vitória se repete com

40,8% dos votos, mas pela primeira vez, a maioria absoluta se perde. Uma vez que não se chegou a acordo sobre a nomeação do novo Primeiro-Ministro, as eleições foram repetidas em Novembro do mesmo ano. Desta vez o AKP recupera a maioria absoluta com 49,5% dos votos. Davatoglu é nomeado o novo Primeiro-Ministro da Turquia. Hoje, 16 de março de 2017, Erdogan ganha um novo referendo.

## **0 referendo**

Um referendo é um mecanismo elementar para as democracias, mas no caso da Turquia, no contexto actual, não há garantias necessárias para o levar a cabo. Há menos de um ano, a península da Anatólia sofreu um golpe de Estado, que fracassou. Como consequência, o Estado de Emergência foi decretado. O que parecia ser uma medida temporária destinada a orientar-se para a estabilidade do Estado tornou-se uma medida permanente. No âmbito do estado de emergência, foram abolidos diferentes direitos constitucionais e a Declaração Europeia dos Direitos do Homem. Erdogan aproveitou esta situação para expurgar todos os estratos que constituem o Estado turco. Quase 47.000 pessoas estão presas por terem a ver com a revolta militar. A expulsão levou à prisão de milhares de soldados, professores, funcionários do Estado (incluindo juizes) e cerca de 150 jornalistas. Sem contar os milhares de pessoas que tiveram a sorte de ser despedidas e não presas.

Durante a campanha para o referendo, não houve liberdade de imprensa, uma vez que todos os meios de comunicação social públicos são controlados diretamente pelo Estado e os meios de comunicação social privados indiretamente através de outros meios de comunicação social. De acordo com fontes da oposição, o tempo investido na campanha pelo “sim” nos meios de comunicação social foi o dobro do tempo investido na campanha pelo “não”.

Em suma, o que o “Sim” do referendo implica é a modificação de 18 artigos da Constituição e a eliminação da figura do

“Primeiro-Ministro”, reunindo na mesma pessoa, Erdogan, Chefe de Estado e de Governo. Erdogan poderá nomear ministros, altos funcionários e também escolherá 4 dos 13 membros do Conselho Supremo de Juizes e Procuradores Públicos. Estamos diante da ruptura do mínimo indispensável para uma democracia: a divisão de poderes; já que Erdogan vai controlar o poder legislativo (através do AKP no Parlamento), o Executivo (tem os dois chefes – de Estado e de Governo) e o Judiciário (nomeação de 4 juizes). Temos também de prestar atenção ao que não é nem mais nem menos do que a modificação de 18 artigos de uma Constituição. Algo que forçará muitas mudanças em muitos aspectos e áreas que provocarão um imenso reajuste normativo e em grande escala. A tudo isto, devemos acrescentar a forte presença da religião muçulmana. Isto representa, portanto, uma ruptura directa com a república fundada em 1923 por Atatürk, na qual se baseava em princípios como um Estado laico, liberdades e direitos individuais e colectivos. É por isso que estamos a lidar com o novo Sultão da Turquia.

### **Repercussão geopolítica**

As próximas acções do Governo turco na esfera internacional são totalmente desconhecidas. Mas podemos dizer que estamos num período de reordenamento da ordem mundial em que a atual ordem americana tem uma data de validade. E há muitas razões para crer que os turcos estão gradualmente a deixar de ser um dos mais importantes aliados dos Estados Unidos e da União Europeia no Oriente Médio. Este referendo e a centralização do poder em Erdogan significam quebrar qualquer aspiração de fazer parte do futuro da União Europeia. Erdogan já mostrava sintomas de sua estratégia com a relação que vem forjando nos últimos meses com a Rússia, Irã e China. Exemplo disso é a convocação do presidente chinês Xi Jinping em maio para tratar de aspectos relacionados ao mega-projeto da Nova Rota da Seda por terra, no qual a Turquia assina um papel transcendental. Resta ver que, até agora, Erdogan está a segurar a União Europeia e os Estados Unidos, por um lado, e a Rússia e a

China, por outro. Que mão será libertada primeiro? Será que este referendo vai libertar a mão da União Europeia e dos Estados Unidos?

Original: [Publico.es](http://Publico.es)